

CURSO DE GEOGRAFIA – CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E CONSUMO ALIMENTAR NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS – FASCÍCULO II, MEIO GEOGRÁFICO E ALIMENTAÇÃO¹

Milton Santos

Tradução:

Breno Viotto Pedrosa

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Porto Alegre, RS, Brasil



Conclusão: as condições geográficas e não geográficas da alimentação

Para concluir, nós vamos tentar trazer uma resposta para duas questões fundamentais:

- 1 – Qual é a parte geográfica e não geográfica na formação dos regimes alimentares atuais?
- 2 – Existe uma geografia regional da alimentação?

1 – A parte geográfica e não geográfica

Um regime alimentar “ecológico” seria aquele no qual a parte geográfica é predominante. Em outros termos, desde que um grupo humano deve tirar a totalidade ou o essencial de seu consumo alimentar das espécies cultivadas no lugar, seria na presença de um “regime ecológico” dominado pelas condições naturais e a mais ou menos grande capacidade do grupo de realizar uma melhor

1. Material do curso lecionado pelo Professor Milton Santos associado à Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Toulouse, impresso pelo Centre de documentation universitaire (Paris), em 1967, com tiragem de 1290 exemplares. Tradução: Breno Viotto Pedrosa, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

utilização das plantas originárias da região ou uma adaptação das espécies exóticas. Nesse caso, o fator geográfico acaba por prevalecer sobre os outros e, mesmo, por condicioná-los.

Mas no mundo atual, quantas regiões, por mais isoladas ou atrasadas que sejam, poderiam entrar nessa categoria?

Nós estamos já longe da época em que Vidal de la Blache podia afirmar: “Dentre as relações que ligam o homem a um certo meio, uma das mais tenazes são aquelas que surgem no estudo dos meios de nutrição; a vestimenta e o armamento estão muito mais sujeitos a se modificar do que o regime alimentar pelo qual, empiricamente, seguem os climas onde eles vivem, os diferentes grupos provêm às necessidades do organismo”.

Por sua parte, M. Sorre, que cita essa frase de La Blache (*L’homme sur la Terre*, p. 35), indica que o regime alimentar é uma “expressão do meio natural de duas maneiras, em função das:

- possibilidades do meio bioclimático, que determinam a composição e a qualidade dos alimentos que dispõe um grupo limitado aos recursos locais;
- propriedades do meio climático que determinam as exigências de base do organismo.

Mas ele acrescenta: “não se pode limitar a essas evidências. Mesmo dentre os primitivos, recursos e necessidades não se equilibram”. A referência feita aos grupos “limitados aos recursos locais” é uma outra restrição à ideia geral. Sorre acrescentaria que os regimes alimentares “imprimem a totalidade dos traços do gênero de vida” (M. Sorre, *L’homme sur la terre*, op. Cit.).

De fato, é a sociedade global que conta e não mais as condições naturais que permitiram sua primeira instalação.

Assim, apesar dos esforços realizados por vários países subdesenvolvidos para melhorar suas culturas que são objeto de importações, a tendência geral é a existência de regimes “não-ecológicos”, que irradiam das cidades aos campos. Esses regimes são formados pelos produtos comprados no estrangeiro *in natura* ou fabricados.

Pode-se, igualmente, acrescentar à gama de produtos consumidos, de um lado, as fabricações locais, tendo como matérias primas produtos estrangeiros e, de outro, em um grau mais elevado de evolução, as fabricações locais dos produtos de certas regiões, enviados de outras regiões após tratamento industrial. Nesse sentido, os regimes ditos “ecológicos” estão cedendo lugar aos regimes “não-ecológicos”. A tendência autárquica não é capaz de reverter a nova corrente, pois os esforços para melhorar a produção dos viveres corresponde a um período no qual as diferenças regionais fazem com que as zonas industriais adicionem às suas funções a de fornecedor do resto do país, ainda que como fornecedor de produtos alimentares.

Os regimes alimentares cessam, portanto, de serem relativos às condições de uma geografia natural para corresponder às condições do meio, globalmente considerado – em uma palavra: do meio geográfico e da topografia social. A geografia natural indicará quantitativamente o nível de necessidades em calorias e qualitativamente as necessidades correspondentes nos diferentes princípios alimentares. Mas, o valor e a composição da dieta escapam à geografia natural e entrarão no quadro da geografia social e econômica.

2 – Existe uma geografia regional da alimentação?

O estudo dessa questão supõe uma discussão que se poderia considerar nos seguintes quatro termos:

- a) os regimes alimentares regionais, resultantes, como vimos, de uma longa evolução, estão atualmente em processo de serem reunidos?
- b) qual é o fundamento geográfico atual dos diferentes tipos de regime alimentar?
- c) qual é a relação entre a extensão da revolução industrial nos países subdesenvolvidos e a ligação com as diversas combinações alimentares nos meios econômicos muito diferenciados?
- d) qual é o sentido provável de uma evolução dos regimes a partir da situação atual?

- a caracterização disso que se chama muitas vezes de “regimes regionais”;

- os dados de base de uma definição das relações entre regimes alimentares e meios geográficos;

- a abertura dos meios geográficos e suas relações com os tipos de regimes, e finalmente,

- a hipótese de um esquema de evolução.

A – Os regimes regionais, sua caracterização

Se consideramos a existência dos regimes “regionais” os dados indispensáveis para sua caracterização parecem ser os seguintes:

- a) a presença de um certo número de elementos de base, geralmente produzidos no país ou na região;
- b) tendência ao apego a esses produtos mesmo se a produção diminui;
- c) variações temporárias da composição da dieta alimentar em relação com a vida agrícola (e com a economia geral);
- d) contribuição de outros regimes, sobretudo dos países industriais em função da economia geral e das repercussões destes na formação da população, e das relações da economia geral do país ou da região com a economia internacional.

Mas, as relações das diferentes regiões do país com a economia internacional são diferentes: sobretudo do ponto de vista de sua natureza. Ora, isso criará as relações igualmente diferentes entre as diversas regiões do país. Nós estamos, portanto, obrigados a considerar a análise da questão em função dos diferentes meios geográficos.

B – Regimes e meios geográficos

A análise em questão deverá repousar sobre um certo número de dados, como:

- a) ritmo de evolução do meio geográfico e presença mais ou menos sensível dos elementos vindos do passado e ainda presentes no lugar;
- b) grau de monetarização e liberação das limitações locais de aprovisionamento;
- c) permeabilidade social e econômica dos meios geográficos e tendência ao aceite de contribuições.

Este último problema é aquele da abertura dos meios geográficos, segundo diferentes graus e das relações entre o fenômeno e os tipos de regime alimentar.

C – “Abertura” dos meios geográficos e caracterização dos regimes

Os diferentes meios geográficos nos diversos países subdesenvolvidos admitem, dentre outras classificações, aquela que terá como critérios o diferente grau de abertura. A abertura de um meio geográfico pode tomar diferentes formas. Para simplificar a questão, a esquematizo em três termos:

- abertura social
- abertura econômica
- abertura global

De fato, um meio pode se abrir socialmente antes de poder fazê-lo economicamente. A recíproca é igualmente verdadeira. Mas, é certo que uma abertura leva a outra, mesmo que a abertura econômica possa ter um papel de catalizador muito mais marcado. De resto, se uma sociedade ou um grupo humano chega a se abrir socialmente antes de se abrir economicamente, ele alcança uma abertura econômica pela via da abertura social. Assim, a partir de um certo limite, diferente em cada caso, acaba por ter um papel fundamental. As estruturas sociais têm quase sempre um papel conservador, mas como não há revolução econômica sem revolução global, a mudança total só funciona com o tempo. A duração do período de transição depende da resistência mais ou menos grande da sociedade aos fatores de mudança. Entretanto, o resultado será sempre uma abertura global. Ela pode ser também o resultado de uma abertura econômica e de uma abertura social concomitantes.

Uma outra questão, ligada à precedente, seria a dos critérios a reter para avaliar os diferentes graus de abertura.

Nós proporíamos os seguintes critérios:

- o papel do autoconsumo, da troca e da monetarização das negociações;
- correlação entre regime alimentar e ritmo agrícola;
- presença de alimentos exóticos e não-ecológicos;
- participação dos alimentos processados na dieta;

D – Um esquema de evolução

É a partir desses critérios, ou seja, das diferentes combinações possíveis que nós podemos buscar estabelecer um esquema de evolução, que tem em conta, ao mesmo tempo, os tipos de regimes e os tipos de meios geográficos.

Nós ressaltamos que a evolução do mecanismo de formação dos regimes foi marcada por três fenômenos essenciais:

1 – Primeiramente, o social prevaleceu sob o econômico, enquanto recentemente é o econômico que tem um papel motor; os dados de aparência, sobretudo social, são a representação social das necessidades econômicas bem determinadas.

2- O histórico se subordinou ao geográfico, praticamente até o fim do século XIX, na elaboração dos regimes alimentares. A revolução dos transportes em uma escala mundial teve como consequência primeira (do ponto de vista do abastecimento alimentar) uma liberação das populações *vis à vis* das espécies cultivadas em sua proximidade, por si próprias ou por outros grupos. Ou seja, o processo de dissociação entre produção e consumo se completa. Mas este resultado é obtido pela amplificação das importações alimentares. A reação local das despesas, que impulsionam o aumento das próprias produções e uma adaptação às condições locais das espécies alimentares objeto de importação, só ocorrem depois e este “depois” depende de muitas variáveis.

O papel da revolução dos transportes, ela mesma elemento da nova revolução industrial, é determinante.

3 – O terceiro elemento a considerar surge exatamente das diferentes formas segundo as quais a revolução industrial se estendeu nos países subdesenvolvidos e determinou as influências sobre as diversas partes de um dado território. Nós sabemos como são desiguais as repercussões do progresso mundial no interior dos países subdesenvolvidos. Essa é uma das causas das diferenças regionais e de sua tendência a se agravarem.

A evolução dos regimes alimentares não se faz da mesma maneira em cada uma das partes assim diferenciadas do território de um país, ou mesmo de uma região. Temos, portanto, o esfacelamento da região alimentar “tradicional”.

A “região” alimentar, como se considerou inúmeras vezes, seria o resultado, simplesmente, do jogo de ações realizadas em uma ordem geográfica antes da revolução dos transportes. A composição dos regimes que são coerentes, formam uma resistência à mudança, uma tendência à permanência, quebrada quando a função dos fatores é invertida.

Como essa inversão mudou em relação a cada setor, no interior de cada região geográfica a evolução se faz de uma maneira que não é nem homogênea, nem completa em todos os setores. As diferenciações internas na região geográfica comandam em certa medida as transformações do regime. Mas cada setor tem uma sensibilidade diferente no que diz respeito aos fatores de mudança. Isso se deve às diversas combinações possíveis, consequência do choque entre, de uma parte, os fatores geográficos *stricto sensu* e os sociais e, de outra parte, os fatores históricos e econômicos. Estes acabam vencendo, mas de acordo com limiares diferentes. Isso explica os diferentes tipos de

regime alimentar “sub-regionais” e as diferenças bem sensíveis dos regimes “novos” no interior de cada região.

“A região” alimentar está, portanto, se desmontando e desmantelando. A evolução recente cria novas realidades. Isso que nós estamos chamando de “sub-regiões” alimentares são os “setores” alimentares, sub-regiões não contínuas no interior de cada região geográfica. É o desmantelamento dos “regimes ecológicos”.

Falar de uma geografia “setorial” da alimentação seria um contrassenso, a geografia sendo por definição globalizante. Nós deveríamos nos contentar com a denominação “geografia sub-regional” para tentar marcar o desmantelamento descrito acima.

Essa nova geografia da alimentação se destaca por suas características quantitativas e qualitativas.

- Ela é quantitativa, pois se deve levar em consideração a porcentagem da população que pode ou não pode comprar alimentos em quantidade suficiente.

- Ela é qualitativa, no sentido que se deve considerar em cada setor a porcentagem de indivíduos suscetíveis a participar em uma dieta rica ou pobre, superior, igual ou inferior às necessidades e segundo o modo como as diferentes camadas da população compõem seu cardápio.

Chega-se, portanto, a esta conclusão – a diferenciação das dietas alimentares é dupla:

- em cada “setor” ou “sub-região” existe uma dieta que predomina.

- em cada “setor” ou “sub-região” as diferentes camadas da população não se alimentam da mesma maneira. Existe, portanto, uma questão de escala que exerce e que complica mais a análise.

Isso não nos impede de formular as seguintes hipóteses:

- a) – no interior de cada país ou região os níveis de alimentação se escalonam segundo o grau de abertura de cada setor ou subsetor;
- b) – no interior de cada setor, encontraremos as combinações muito semelhantes de diferentes elementos do problema alimentar: produção, distribuição, comércio, consumo, etc... Os subtipos devem naturalmente aparecer entre os níveis de base.
- c) – cada um dos “setores” ou “subsetores” de base e, igualmente, as formas intermediárias, aparecem em todos os países ou regiões subdesenvolvidas do mundo, com nuances.

A questão que se coloca agora é como encontrar os níveis de base de uma evolução suscetível de ser identificada nos diferentes espaços de um país ou de uma região e na evolução global de um mesmo meio geográfico. Não é preciso dizer que um dos níveis de escala pode faltar, seja na evolução histórica de um meio dado, seja no recorte atual de um espaço dado.

Acreditamos ter encontrado eses aspectos comuns através do mundo nos meios geográficos semelhantes, sendo estes mais elaborados em regiões diferentes. Pensamos, portanto, que estarmos autorizados a falar da existência de uma geografia geral da alimentação, cuja principal característica é insólita e parece paradoxal à primeira vista: ela seria uma geografia geral que não passa pela geografia regional do tipo clássico. Os fundamentos da geografia geral da alimentação seriam os

meios geográficos desiguais que estão na origem das regiões. Passaríamos das realidades analisadas nos setores ou sub-regiões diretamente para a geografia geral. Certamente existirá ainda uma geografia regional alimentar residual, cujos dias estão contados e sua sobrevivência seria mensurada em termos de abertura social e econômica. Isso não nos parece suficiente para negar nossa tese: não se pode mais falar de uma geografia regional da alimentação em termos absolutos, salvo para assinalar que ela se deteriora quanto mais a região participa do circuito econômico mundial.